

A ventura de ser o número um do País



J. Z. Branco

AUGUSTO NUNES

Promovido pelas circunstâncias a presidente interino da República, o cearense Antonio Paes de Andrade decidiu, em 21 de fevereiro de 1989, sorver sem parcimônia, mas tão vagarosamente quanto possível, o cálice agriço do poder. Por presidir a Câmara dos Deputados, coubera-lhe substituir por pouco menos de uma semana o maranhense José Sarney — um interino que duraria cinco anos graças, primeiro, ao Hospital de Base de Brasília e, depois, à constatação de que, em negociações com o Congresso, é dando que se recebe. Por oito dias inesquecíveis (pelo menos para ele), Paes de Andrade encarnou, desayvergonhadamente feliz, o papel de nº 1 do País.

Cabelos e bigode pintados com o negro das asas da grã-nã, o presidente Paes de Andrade lotou um Boeing com amigos e agregados e despachou-se para o seu Ceará. Depois de uma escala em Fortaleza, onde passou tropas em revistas com garbo, e circunspecção, pousou gloriosamente em Mombaca, sua terra natal. Ali discursou num palanque, beijou colegiais, inaugurou obras, prometeu verbas. Afinal, era um menino de Mom-

milhões de brasileiros certamente mexe com a cabeça de qualquer um.

Mexe às vezes de tal forma que provoca viagens sem retorno — ao contrário da viagem de Paes de Andrade ao Ceará, que incluiu a volta a Brasília e ao gabinete no Congresso. Entre novembro de 1918 e julho de 1919, por exemplo, o Brasil foi tecnicamente governado pelo mineiro Delfim Moreira (por sinal, mais um vice que chegou lá). Tecnicamente, porque o velho Delfim, com sintomas de senilidade precoce, limitou-se durante alguns meses a guardar lugar para o sucessor. Os ministros governavam. O nº 1, com o olhar vago dos que já não contemplam problemas, fazia número.

Dissimular doenças presidenciais é um velho costume brasileiro, fundamentado na

Em 1955, Café Filho foi obrigado a permanecer no hospital, apesar de liberado pelos médicos para reassumir o posto que herdara com a morte de Getúlio Vargas. Como temiam que a volta do irrequite convallescente pudesse embaralhar as peças do complicadíssimo xadrez em que se transformara a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, os poderosos de plantão decidiram que o melhor remédio seria deixar o catarinense Nereu Ramos no gabinete presidencial e Café Filho num quarto de hospital. A receita acabou dando certo. Pelo menos para JK, que assumiu.

Talvez porque sejam adestrados para recusar o papel de paciente, os presidentes brasileiros costumam espancar o script com frases extravagantes quando forçados a desempenhá-lo. Submetido a uma cirurgia em Cleveland, nos Estados Unidos, para a colocação de pontes de safena, o general João Figueiredo resumiu a experiência no seu melhor estilo rude e franco. "Eles me abriram como um frango", resmungou ao recuperar a fala. Depois, já afeito a discorrer sobre assuntos médicos, Figueiredo produziu uma definição tão precisa para dores na coluna que deveria ser invocada por todos os ortopedistas interessados em

Figueiredo nem sequer esperou pelo sucessor para passar-lhe a faixa presidencial. Saiu pela porta dos fundos, disposto a homiziar-se num esquecido canto da História.

Esse gesto derradeiro o incorporou para sempre à linhagem dos "sargentões" — uma vertente presidencial marcada pela irreprimível vocação para colidir com as regras da etiqueta do protocolo. O pioneiro da turma foi o próprio fundador da República, marechal Deodoro da Fonseca, um alagoano permanentemente perplexo com as mudanças que ajudara a provocar. A ele sobreveio o marechal Floriano Peixoto, outro impetuoso alagoano. Homem de poucas (e boas) palavras, quase sempre crispado e carrancudo, Floriano costumava tratar com rispidez tanto inimigos quanto aliados. Conta a lenda

Naquele tempo, como se sabe, também os mortos votavam (e os muito vivos votavam mais de uma vez). Foi precisamente em nome do combate a eleições fraudulentas que os gaúchos liderados por Getúlio Vargas resolveram amarrar seus cavalos no obelisco da Avenida Rio Branco, no coração da velha capital. Não houve mais eleições fraudulentas — aliás, não houve eleição alguma — até 1945, quando Getúlio foi afinal apeado do poder. Só essa primeira temporada, que ele próprio batizou de "curto período", bastaria para assegurar a Getúlio o recorde da permanência na chefia do governo. Nessa modalidade, por sinal, o último da fila é por enquanto o mineiro José Maria Alkmin, presidente da República por três horas, tempo suficiente para que o titular Humberto Castello Branco desse um pulinho até o Paraguai e voltasse para casa.

A República Nova — convém não confundir com Nova República, apesar das semelhanças — demonstrou, entre outras singularidades, que no Brasil é possível chegar à Presidência falando pouco, falando muito ou mesmo falando uma linguagem aparentemente impenetrável. O mato-grossense Eurico Gaspar Dutra, por exemplo, foi sobre-

dores. A segunda é que, por ter juntado esse sotaque a um particularíssimo vocabulário, ele acabou criando um dialeto falado por uma pessoa só: Jânio Quadros.

Embora muitos deles não compreendessem o que dizia, ou talvez por isso mesmo, milhões de brasileiros votaram em Jânio para presidente. E, ao transformá-lo no nº 1, reforçaram a suspeita de que o Brasil resiste a tudo. Foram sete meses delirantes: Jânio tanto podia estar no gabinete, enquadrando criadores de galos de briga ou fabricantes de biquínis, quanto no cineminha, privativo do Palácio da Alvorada, curtindo sessões corridas de velhos faroestes. Jamais se saberá em qual dos dois locais começou a amadurecer a idéia da renúncia.

Se Jânio sempre se achou predestinado à Presidência da

Doente, Delfim Moreira foi o nº 1 que só fez número enquanto guardava o lugar para Epitácio Pessoa

baça que revisitava a cidade como presidente da República. O nº 1 do Brasil.

Não é pouca coisa. Ao devolver o cargo a José Sarney, Antonio Paes de Andrade inscrevera seu nome numa galeria que abriga apenas 42 brasileiros, aí incluídos presidentes biónicos e eleitos pelas urnas (com fraude ou limpa), titulares e, como tem ocorrido com razoável frequência, interinos apresentados com o afastamento temporário ou definitivo do dono do cargo. O deputado cearense tinha todo o direito de comemorar. Num país onde já é bom ser o primeiro da classe e o géu parece o limite para um orador de turma, sentir-se uma espécie de patrão de 140

certeza de que qualquer moléstia diagnosticada no chefe do governo pode abalar a saúde da República. Se é doença de pouca monta, vira "mal-estar passageiro". Se é coisa séria, transforma-se em gripe. A gripe que atirou Juscelino Kubitschek a uma cama em meados de 1959, e ali o manteve por uma semana, foi na verdade um problema cardíaco espertamente camuflado pelo então ministro da Justiça Armando Falcão.

Também o general Arthur da Costa e Silva esteve oficialmente gripado em agosto de 1969, até se tornar impossível seguir disfarçando o grave acidente vascular-cerebral que o surpreendera. Costa e Silva fora de combate, assumiu o comando uma junta formada por três chefes militares vendendo saúde. Doentes, muito doentes, estavam as instituições.

Nenhum presidente gosta de admitir que está doente, mesmo quando o quadro é grave. Mas às vezes é preciso fazê-lo, embora se esteja bem. Trata-se de um dos paradoxos da medicina política brasileira, que teve no potiguar Café Filho sua mais vistosa cobaia.

Getúlio Vargas saboreou 18 longos anos do poder que José Maria Alkmin teve por três horas

explicar a um cliente o que o aflige: "É uma dor de dentes nas costas".

Por frases assim, pelo que fez e pelo que não fez, Figueiredo dificilmente terá atendido seu último e patético apelo: "Quero que me esqueçam". É difícil esquecer alguém que foi dono do mais charmoso emprego do País por seis anos, o que lhe garante até agora a medalha de prata no campeonato da longevidade. Na era republicana, o topo do pódio continua reservado a Getúlio Vargas, nº 1 entre 1930 e 1945 e, novamente, de janeiro de 1951 a agosto de 1954. Ou por ter gostado muito do cargo e de testar a idéia de abandoná-lo, ou por ter detestado emprego, e gostar da idéia de deixá-lo,

que, ao encerrar seu último expediente, fechou a porta do Palácio do Catete e levou a chave. Neste caso, o paulista Prudente de Moraes, seu sucessor, terá sido o único presidente da História que só chegou ao poder graças à ajuda de um chaveiro.

Descontada a passagem pela ribalta, entre 1910 e 1914, do marechal Hermes da Fonseca — que também honrou a linhagem dos "sargentões", embora com mais comedimento —, os presidentes civis que ocuparam o palco da República Velha ao menos tinham pose de estadista (e alguns deles efetivamente se portaram como tal). Os paulistas Prudente de Moraes, Campos Salles, Rodrigues Alves e Washington Luiz, os mineiros Afonso Pena, Venceslau Brás e Artur Bernardes, o paraibano Epitácio Pessoa, mesmo o fluminense Nilo Peçanha — nenhum desses pais da Pátria pareceria um intruso se tivesse o retrato que lhes eternizou o olhar severo e, quase sempre, a barba hirsuta incluído numa galeria de presidentes europeus. Todos pertenciam à elite da época. E todos, naturalmente, para ela governaram.

Jânio curtiu longas sessões corridas de faroeste no cineminha do Palácio do Planalto

tudo um silencioso — talvez inibido por um defeito na fala que, em palavras como você, levava o e a soar como ch. Já Juscelino Kubitschek, que parecia amar o som de sua própria voz, destruiu a tese de que não existe o mineiro loquaz.

O mato-grossense Jânio Quadros configura outro caso de falante compulsivo, com duas peculiaridades que tornam ainda mais desconcertante a extraordinária empatia por ele estabelecida com o eleitorado. A primeira é que o sotaque de Jânio — que nasceu em Corumbá, estudou no Paraná e fez a vida em São Paulo — não se reproduz na voz de qualquer outro brasileiro, à exceção de seus imita-

Costa e Silva estava fora de combate, os chefes da junta com saúde e as instituições doentes

República, houve os que chegaram ao trono perplexos com o que estava acontecendo. Alguns, porque a velocidade dos fatos e uma complexa soma de circunstâncias não lhes haviam permitido pausas para pensar. Outros, porque simplesmente não sabiam pensar. O general Costa e Silva, por exemplo, era capitão do Exército nos anos 50 e servia numa unidade no interior de Goiás, num município desprovido de energia elétrica. Na década seguinte, Costa e Silva se tornou presidente da República e inquilino de palácios feericamente iluminados.

A rapidez da escalada não foi facilmente assimilada. Já no papel de sucessor de Castello Branco, por indicação das Forças Armadas e endosso do Congresso, Costa e Silva visitou a França em companhia da mulher, Iolanda. As margens do Sena, olhar siderado, a futura primeira-dama, que chamava o marido pelo sobrenome, produziu um comentário tão curto quanto definitivo:

— Quem diria, hein, Costa? Nós aqui em Paris e você, presidente da República.

O Brasil é mesmo um país muito surpreendente.